



**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO E
PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA PARA O
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO - IPM
EDITAL 46/2012
ADVOGADO**

| | |
|----------------|-----------|
| LOCAL DE PROVA | |
| RG | INSCRIÇÃO |
| | |

**PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA
ESCOLHA**

DATA: 11 de novembro de 2012
DURAÇÃO: 04 HORAS
INÍCIO: 14h TÉRMINO: 18h

ASSINATURA DO CANDIDATO

LEIA COM ATENÇÃO E SIGA RIGOROSAMENTE ESTAS INSTRUÇÕES

- Examine se a prova está completa, se há falhas ou imperfeições gráficas que causem dúvidas. Qualquer reclamação somente será aceita até os 30 minutos iniciais.
- A prova consistirá de 60 questões com quatro alternativas (**A, B, C e D**), das quais apenas uma é verdadeira. Leia atentamente cada questão e escolha a alternativa, marcando-a no cartão-resposta, cobrindo levemente todo o espaço correspondente à letra a ser assinalada. **Utilize somente caneta de tinta azul ou preta.**
Ex.:

| | | | |
|---|---|---|---|
| A | B | C | D |
|---|---|---|---|
- A leitora de marcas **não registrará** as respostas em que houver **falta de nitidez, uso de corretivo, marcação a lápis e/ou marcação de mais de uma letra.**
- O cartão-resposta não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado. Exceto sua assinatura, nada deve ser escrito ou registrado fora dos espaços destinados às respostas.
- Verifique se o seu nome e o número de inscrição estão corretos no cartão-resposta. Se houver erro, comunique-o ao fiscal. Não se esqueça de assiná-lo.
- Durante a prova, é vetado o intercâmbio e o empréstimo de material de qualquer natureza entre os candidatos. A fraude ou tentativa de fraude, a indisciplina e o desrespeito às autoridades encarregadas dos trabalhos são faltas que desclassificarão o candidato.
- Não poderão ser utilizados, durante a prova, recursos como régua de cálculo, dicionário, máquina de calcular, aparelho celular e outros similares, bem como qualquer outro material de consulta.
- Ao terminar, entregue ao fiscal a prova e o **cartão-resposta** assinado, que é o único documento válido para correção.

CONCURSO PÚBLICO PARA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO - IPM

EDITAL Nº 46/2012

| | |
|---|---|
| <p>PROVA OBJETIVA: Este caderno de prova contém 60 (sessenta) questões, numeradas de 01 a 60, todas com 04 (quatro) alternativas. Verifique se o caderno está incompleto ou se há imperfeições. Nesses casos, informe, imediatamente, ao fiscal.</p> | <p>Marque seu cartão-resposta, pintando completamente o quadrinho correspondente à sua resposta, conforme o modelo:</p> <p style="text-align: center;"> <input type="checkbox"/> A <input checked="" type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D </p> |
|---|---|

"Não se irrite o leitor com esta confissão. Eu bem sei que, para titilar-lhe os nervos da fantasia, devia padecer um grande desespero, derramar algumas lágrimas, e não almoçar. Seria romanesco; mas não seria biográfico. A realidade pura é que eu almocei, como nos demais dias..."

Machado de Assis (*In* http://pensador.uol.com.br/autor/machado_de_assis/3/)

Baseie-se na citação machadiana para responder às questões de 01 a 03.

01. No tocante ao conteúdo dessa citação, **não** é possível afirmar que:

- o autor ironiza a concepção do leitor sobre o que é fantasioso e romântico.
- a opinião do leitor sobre aquilo que escreveu o autor não é indiferente a este.
- a expressão da fantasia e do romantismo, para o autor, não é estereotipada.
- os adjetivos "romanesco" e "biográfico" estabelecem uma oposição.

02. Em observância aos aspectos sintáticos, assinale a alternativa **correta**.

- Os termos "lhe" e "pura", constantes dessa citação, exercem a mesma função sintática.
- Apresentam intransitividade, na citação acima, os verbos "almoçar" e "padecer".
- Nesse trecho machadiano, o termo "se" tem a função de objeto indireto.
- As formas verbais "sei" e "titilar" têm sujeitos diferentes nesse excerto.

03. Marque a oração em que o verbo em destaque constitui uma **antonímia** para "titilar".

- O amor platônico **estimula** o espírito sem a esperança da aceitação.
- As tuas lágrimas **mitigam** o meu sofrimento, a minha dor, o meu ódio...
- As desilusões provocadas pelo amor **inquietam** o mais tranquilo dos corações!
- Punge** os feridos por Cúpido a menor manifestação de carinho.

"O julgamento do mensalão é importantíssimo. Ratifica a democracia brasileira numa região que não é pródiga em democracia, que é a América Latina."

Djavan (*In* <http://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/secao/frases/page/4/>)

Tome por base a citação do cantor e compositor Djavan a fim de responder às questões 04 e 05.

04. Levando-se em conta as características morfológicas das palavras constantes da frase dita por Djavan, aponte a alternativa **incorreta**.

- "Importantíssimo" é exemplo de superlativo absoluto sintético.
- Existem, nessa citação, mais substantivos concretos que abstratos.
- Observa-se a existência de apenas dois pronomes relativos nessa frase.
- Na citação em análise, contam-se um advérbio e uma locução adverbial.

05. Com referência à acentuação gráfica, qual asserção é **verdadeira**?

- Há uma palavra, nessa frase, que recebe acento gráfico por ser monossílabo átono.
- Todas as palavras dessa citação são acentuadas por causa da mesma regra.
- Outras palavras dessa frase têm acento gráfico porque são oxítonas.
- Existem três palavras que se acentuam em razão da mesma regra.

06. Em relação aos aplicativos do OpenOffice, é correto afirmar que:

- O aplicativo de edição de textos é o Impress.
- O aplicativo de edição de textos permite salvar em formato PDF.
- O Math é um editor de equações para documentos de texto.
- A extensão padrão do aplicativo Calc é ODC.

Escolha a alternativa correta:

- a) I, II e IV
- b) II e III
- c) II, III e IV
- d) II e IV

07. No aplicativo de edição de textos do OpenOffice, durante a edição, a tecla de atalho que ativa o recurso de Ortografia e Gramática pode ser ativada com a tecla:

- a) F3
- b) CTRL+O
- c) CTRL+F7
- d) F7

08. Em relação ao Mozilla Firefox, é correto afirmar:

- I) É possível acessar a Internet através de um servidor proxy.
- II) A tecla de atalho para ativar o modo de tela cheia é a F5.
- III) Nas versões mais novas, existe a opção de sincronizar as configurações entre diversos computadores, através da opção Sync.

Escolha a opção correta:

- a) I
- b) I e II
- c) I e III
- d) II e III

09. Em relação à organização de arquivos do Linux/Windows assinale a opção correta:

- a) O sistema de arquivos do Linux é organizado de forma unificada.
- b) No Linux, o topo da hierarquia é o diretório root, no caso, o /root.
- c) Um aspecto importante do Windows é que tudo é um arquivo ou diretório. Tudo é incorporado na estrutura hierárquica da árvore de diretórios, como partições e dispositivos como pendrive, tudo fica visível a partir do C:.
- d) Nenhuma alternativa anterior é correta.

10. Um provedor de serviços de e-mails oferece acesso via webmail ou através de um aplicativo de e-mail, como por exemplo: Microsoft Outlook ou Mozilla Thunderbird. Se você deseja que suas mensagens e pastas possam estar visíveis tanto no webmail quanto no aplicativo, qual o protocolo que permite esta configuração?

- a) SMTP
- b) WEBMAIL
- c) IMAP
- d) FTP

11. Em relação aos agentes públicos assinale a opção correta:

- I. Por emprego público, entende-se uma unidade utilizada pela administração pública, composta por um aglomerado de atribuições permanentes de trabalho, a ser ocupada por agente contratado sob regime celetista, caracterizando relação trabalhista.
- II. Tanto a função pública quanto o cargo em comissão se referem a encargos de direção, chefia e assessoramento, podendo ser preenchidos por alguém estranho à carreira, alheio ao serviço público.
- III. O cargo público submete o servidor ocupante a um regime criado especificamente para tutelar tais agentes, qual seja, o regime estatutário ou institucional, de caráter não contratual, definido essencialmente pela Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

- a) I, II e III estão corretos.
- b) Somente o item III está correto.
- c) Estão corretos os itens I e III.
- d) Os itens I e II estão corretos.

12. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, § 6º dispõe que: "as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa".

É seguro afirmar, portanto, que:

- a) A teoria de responsabilidade patrimonial por atos da administração pública adotada no direito brasileiro se assenta na ideia de soberania do Estado, de forma que o Estado dispõe de autoridade incontestável perante o súdito, exercendo a tutela do direito, daí os princípios de que "o rei não pode errar".
- b) A responsabilidade patrimonial por atos da administração pública no Brasil está sujeita ao nexo de causalidade entre o funcionamento do serviço público e o prejuízo sofrido pelo administrado, independentemente de culpa, seguindo a teoria da responsabilidade objetiva do Estado.
- c) Adota-se, no Brasil, a teoria da culpa civil ou da responsabilidade subjetiva, ou seja, a responsabilidade do Estado resta configurada desde que demonstrada a culpa do agente público.
- d) As empresas públicas, sociedades de economia mista, empresas permissionárias e concessionárias de serviços públicos não respondem objetivamente por danos causados por seus agentes.

13. Sobre a acumulação remunerada de cargos públicos, marque a opção correta:

- I. É compatível a acumulação de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, quando houver compatibilidade de horários.
 - II. Inexistirá compatibilidade se, em alguns dos cargos, for exigida dedicação exclusiva, mesmo com atividades privadas remuneradas, bem como se, em um dos cargos, houver jornada variável que possa conflitar com a jornada fixa do outro cargo.
 - III. A proibição de acumular não se estende a empregos públicos, de forma que não se aplica a empresas públicas e sociedades de economia mista.
- a) Todas as assertivas estão corretas.
 - b) Os itens II e III estão corretos.
 - c) Estão corretas as assertivas I e III.
 - d) Estão corretos os itens I e II.

14. São considerados princípios básicos da administração pública aqueles enumerados no art. 37 da Constituição Federal, que dispõe: "A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também ao seguinte".

Acerca dos princípios mencionados na Constituição Federal, assinale a opção correta:

- I. O princípio da legalidade, que é uma das principais garantias de direitos individuais, remete ao fato de que a Administração Pública só pode fazer aquilo que a lei permite ou não veda, ou seja, só pode ser exercido em conformidade com o que é apontado na lei ou o que não é proibido por ela.
 - II. A exigência de que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional se refere ao princípio da finalidade.
 - III. Um dos princípios de observância obrigatória pela Administração Pública, o princípio da eficiência corresponde ao "atendimento a fins de interesse gerais vedados a renúncia total ou parcial de poderes ou competência, salvo autorização em lei."
 - IV. A ideia de que a Administração tem que tratar a todos os administrados sem discriminações, benéficas ou detrimetosas, configura o princípio da impessoalidade.
- a) Está correta, apenas, a assertiva IV.
 - b) Todas as assertivas estão corretas.
 - c) Estão corretos os itens I e II.
 - d) Os itens III e IV estão corretos.

15. São deveres do servidor público, exceto:

- a) Exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo e ser leal às instituições a que servir.
- b) Levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração.
- c) Atender com presteza à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal e às requisições para a defesa da Fazenda Pública.
- d) Observar as normas legais e regulamentares e cumprir as ordens superiores, em qualquer circunstância, e representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder.

16. Sobre as proibições relativas aos servidores públicos, assinale a opção incorreta:

- a) É proibida a atuação do servidor, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro.
- b) O servidor pode manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil.
- c) É proibida sua participação de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, e o exercício do comércio, ainda que na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.
- d) É vedado ao servidor público cometer à pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado.

17. Assinale a opção correta no que diz respeito à Administração Pública:

- I. Administração direta é aquela composta por órgãos ligados diretamente ao poder central, federal, estadual ou municipal. São os próprios organismos dirigentes, seus ministérios e secretarias.
 - II. Administração indireta é aquela composta por entidades com personalidade jurídica própria, que foram criadas para realizar atividades de Governo de forma descentralizada. São exemplos as fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.
 - III. As autarquias desempenham serviço autônomo, são criadas por lei, com personalidade jurídica de direito público, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública direta que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.
 - IV. A fundação pública é entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes.
 - V. Empresa pública é entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criado por lei específica para a exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito.
 - VI. Sociedades de economia mista são entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União ou a entidade da Administração Indireta.
- a) Estão corretas as opções I, II, IV e VI.
 - b) Todos os itens estão corretos.
 - c) Somente a assertiva IV está incorreta.
 - d) Os itens III, IV e V estão corretos.

18. O Estado realiza suas funções administrativas por meio de órgãos, agentes e pessoas jurídicas. No que se refere ao aspecto organizacional, assinale a opção incorreta sobre a centralização e descentralização no desempenho das atribuições administrativas do Estado:

- a) Ocorre a chamada centralização administrativa quando o Estado executa suas tarefas por meio dos órgãos e agentes integrantes da Administração Direta. Nesse caso, os serviços são prestados pelos órgãos do Estado, despersonalizados, integrantes de uma mesma pessoa política (união, DF, estados ou municípios), sem outra pessoa jurídica interposta.
- b) Ocorre a chamada descentralização administrativa quando o Estado (união, DF, estados ou municípios) desempenha algumas de suas funções por meio de outras pessoas jurídicas de direito privado.
- c) A descentralização será efetivada por meio de outorga quando o Estado cria uma entidade e a ela transfere, mediante previsão em lei, determinado serviço público. A outorga normalmente é conferida por prazo indeterminado.
- d) A descentralização será efetivada por meio de delegação quando o Estado transfere, por contrato ou ato unilateral, unicamente a execução do serviço, para que o ente delegado o preste ao público em seu próprio nome e por sua conta e risco, sob fiscalização do Estado. A delegação é normalmente efetivada por prazo determinado, como ocorre nos contratos de concessão ou nos atos de permissão.

19. A seguinte definição, de Hely Lopes Meirelles, corresponde a qual das opções abaixo: "... é toda manifestação unilateral de vontade da Administração Pública que, agindo nessa qualidade, tenha

por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, ou impor obrigação aos administrados ou a si própria”.

- a) Ato jurídico.
- b) Fato administrativo.
- c) Ato administrativo.
- d) Fato jurídico.

20. Todo ato administrativo deve ser realizado em prol do interesse público. Tal afirmação configura qual requisito do ato administrativo?

- a) Objeto.
- b) Motivo.
- c) Competência.
- d) Finalidade.

21. Dentre as opções abaixo, qual delas pode ser considerada uma manifestação da auto-executoriedade dos atos administrativos?

- a) Sua exequibilidade por agentes administrativos, independentemente da aquiescência de outro poder.
- b) Configuração da coisa julgada administrativa.
- c) Possibilidade de seu controle pela própria administração.
- d) Impossibilidade de sua anulação pelo Poder Judiciário.

22. Assinale a opção que contenha os elementos inerentes ao ato administrativo:

- a) Competência, finalidade, forma, motivo e sanção.
- b) Competência, finalidade, forma, motivo e objeto.
- c) Competência, finalidade, forma, motivo e discricionariedade.
- d) Competência, finalidade, discricionariedade e executoriedade.

23. Sobre os elementos do ato administrativo, é possível afirmar:

- a) Competência decorre sempre da lei, mas no âmbito federal pode ser definida por decreto.
- b) Basta apenas sua capacidade, seja o sujeito agente político ou pessoa pública.
- c) As competências são derogáveis e não podem ser objeto de avocação.
- d) A finalidade é o efeito jurídico imediato que o ato produz, o objeto é o efeito mediato.

24. Considere as seguintes assertivas concernentes à revogação dos atos administrativos:

- I. O pedido de reconsideração feito pela parte pode resultar na revogação.
- II. Os vícios resultantes de erro, dolo, simulação ou fraude são causas de revogação.
- III. O recurso *ex officio* interposto pela autoridade que houver praticado o ato pode resultar na revogação.
- IV. A incompetência relativa do agente ou a incapacidade relativa do contratante são causas de anulação.

Estão corretos apenas os itens:

- a) I, III e IV.
- b) I, II e IV.
- c) I, II e III.
- d) II, III e IV.

25. Em decorrência da apreciação da conveniência e oportunidade do ato administrativo pode resultar:

- a) a invalidação do ato;
- b) a nulidade do ato;
- c) a revogação do ato;
- d) a anulação do ato;

26. Acerca da vinculação do ato administrativo, assinale a opção correta:

- a) É prerrogativa do Poder Executivo e seus órgãos, não tendo aplicabilidade aos demais poderes.
- b) O ato vinculado, por ser decorrente do poder, não está sujeito a qualquer controle.
- c) A Administração pode negar o benefício, ainda que implementada a condição legal.
- d) O particular, preenchidos os requisitos, tem o direito subjetivo de exigir a edição do ato.

27. Um agente público, utilizando-se de sua superioridade hierárquica e por animosidade pessoal com seu subalterno, transfere-o para outro setor no qual a atividade desenvolvida é totalmente alheia àquela para qual o servidor foi contratado. O vício de competência que estará tipificado no caso será:
- Vício de forma.
 - Vício de desvio de finalidade.
 - Vício de inexistência de motivo.
 - Vício de incompetência do agente.
28. Sobre a anulação de um ato administrativo discricionário do Poder Executivo pelo Poder Judiciário, é correto afirmar:
- Não é possível.
 - Apenas é possível por provocação da Administração.
 - Apenas é possível com a concordância da Administração.
 - É possível, independentemente de quem a provoque ou da concordância da Administração.
29. Sobre a invalidação do ato administrativo, assinale a opção correta:
- A anulação pode ser feita pelo Judiciário, mediante provocação, e pela própria Administração, independente de provocação.
 - A anulação pode ser feita pela própria Administração, mediante provocação, e pelo Poder Judiciário independente de provocação.
 - A revogação do ato administrativo é facultativa tanto pela Administração quanto pelo Judiciário, seja por ilegalidade ou por interesse público.
 - A revogação do ato administrativo é obrigatória pela própria Administração, e pelo Judiciário quando houver razões de ilegalidade.
30. Em relação aos atos administrativos, segundo a teoria dos motivos determinantes, assinale a opção correta:
- Os motivos invocados para a prática do ato administrativo fazem parte do mérito do ato e não podem ser apreciados judicialmente.
 - Todo ato administrativo deve ter sua motivação expressamente prevista na lei.
 - A inexistência dos motivos explicitados pelo agente para a prática do ato administrativo invalida o ato, ainda que outros motivos de fato existam para justificá-lo.
 - A finalidade de interesse público a que visa o agente com a prática do ato administrativo pode sanar eventual vício de forma do ato ou de competência relativa do agente.
31. Em relação à competência para a prática dos atos administrativos, assinale a opção incorreta:
- Decorre sempre de lei.
 - É improrrogável pela vontade dos interessados.
 - Pode ser avocada, desde que autorizada por lei.
 - Pode ser sempre delegada.
32. Sobre o controle dos atos administrativos avalie as assertivas a seguir e marque a opção correta:
- O controle judicial dos atos da Administração está condicionado à exaustão das vias administrativas.
 - Os atos administrativos discricionários não são suscetíveis de controle judicial.
 - O controle interno exercido pela Administração decorre do poder de autotutela.
- Todas as assertivas são verdadeiras.
 - Somente o item III está correto.
 - Estão corretos somente os itens I e II.
 - Apenas os itens I e III são verdadeiros.
33. Segundo a doutrina, é considerado inexistente o ato administrativo:
- que é praticado com defeito de competência, podendo ser ratificado pela autoridade superior.
 - que não chega a entrar no mundo jurídico por falta de um elemento essencial e que, em consequência, não é passível de convalidação.
 - que é praticado com defeito de forma.
 - que, embora padeça de graves vícios na sua formação, é passível de ser objeto de convalidação.

34. Considerando a invalidação dos atos administrativos, assinale a opção incorreta:
- Havendo consolidação, pelo decurso do tempo, de atos inicialmente viciados, fica a invalidação prejudicada.
 - Existente ato inválido, se tal ato não tiver contaminado novas relações jurídicas surgidas, não deve ocorrer a invalidação.
 - O ato anulatório atinge somente os atos válidos, uma vez que os atos inválidos serão passíveis de revogação.
 - A invalidação deve ocorrer, em princípio, sempre que haja vício no ato administrativo.
35. Carlos César, servidor do IPM, em virtude de reiteradas ausências injustificadas ao trabalho, foi suspenso por seu superior imediato, pelo prazo de 15 (quinze) dias. Sob a alegativa de que a maioria das faltas ao serviço se deveu a problemas de saúde de sua genitora, Carlos se recusou a cumprir a sanção imposta, embora não houvesse alegado e comprovado sua justificativa no processo administrativo que resultou em sua suspensão. A recusa de Carlos configura a inobservância dos seguintes atributos do ato administrativo de suspensão que lhe foi aplicada:
- Imperatividade e presunção de legitimidade.
 - Tipicidade e vinculação.
 - Coercibilidade e finalidade.
 - Motivo e autoexecutoriedade.
36. O novo Chefe do Poder Executivo Municipal, ao exonerar o Assessor Especial do Prefeito, nomeado em comissão há mais de 10 anos, estará praticando o seguinte tipo de ato administrativo:
- de gestão e constitutivo;
 - de império e enunciativo;
 - vinculado e composto;
 - discricionário e *ex officio*.
37. Caso a Administração Pública opte pela modalidade pregão com a finalidade de adquirir produtos, o prazo, contado a partir da publicação do aviso, a ser fixado para a apresentação das propostas será:
- não inferior a 8 (oito) dias úteis;
 - de 8 (oito) dias corridos;
 - não inferior a 15 (quinze) dias úteis;
 - de 15 (quinze) dias corridos.
38. Sobre a Lei 8.666/1993, que estipula as normas para licitações e contratos da administração pública, assinale a opção incorreta:
- É vedado aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato.
 - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade e publicidade, dentre outros.
 - O procedimento licitatório caracteriza ato administrativo formal, dependendo, contudo, da esfera da Administração Pública.
 - A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.
39. Analise as seguintes assertivas acerca das modalidades, limites e dispensa de licitação e assinale a opção correta:
- Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o décimo dia anterior à data do recebimento das propostas.
 - As licitações serão efetuadas no local onde se situar a repartição interessada, salvo por motivo de interesse público, devidamente justificado, sendo que isto não impedirá a habilitação de interessados residentes ou sediados em outros locais.

- III. Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número máximo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.
- IV. Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
- a) Estão corretos os itens I e IV.
b) Apenas os itens II e IV são verdadeiros.
c) Somente as assertivas III e IV são corretas.
d) Os itens I e II são os únicos corretos.
40. Em conformidade com o art. 25 da Lei n. 8.666/93, em qual das seguintes hipóteses de contratação de serviço considera-se inexigível a licitação:
- a) de publicidade e divulgação;
b) de engenharia no valor de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais);
c) do profissional do setor artístico, desde que consagrado pela crítica especializada;
d) na hipótese de licitação deserta e não sendo possível novo certame sem prejuízo para a administração.
41. Acerca da modalidade de licitação denominada pregão, é correto afirmar:
- a) O prazo de validade das propostas será de 30 (trinta) dias, se outro não estiver fixado no edital.
b) A definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, permitidas especificações minuciosas e excessivas, ainda que isso restrinja a competitividade.
c) É necessária a exigência de garantia da proposta.
d) As compras e contratações de bens e serviços comuns, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, quando efetuadas pelo sistema de registro de preços previsto no art. 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, poderão adotar a modalidade de pregão, conforme regulamento específico.
42. Em conformidade com a Lei de Licitações, considere as afirmações abaixo e marque a opção correta.
- I. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração.
II. A lei prevê que, mesmo nos casos de emergência ou calamidade pública, a licitação é indispensável.
III. Entre as modalidades de licitação para compra de bens e serviços, destacam-se concorrência, tomada de preços, pregão e convite.
IV. Pregão é a modalidade de licitação utilizada para aquisição de bens e serviços cujos padrões de desempenho possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.
- a) Estão corretos os itens I, III e IV.
b) Apenas I e II estão corretos.
c) Somente as alternativas II e IV estão certas.
d) Todas as opções estão corretas.
43. A hipótese de desclassificação do licitante, em decorrência do não atendimento às exigências constantes do edital, resume a incidência de qual princípio aplicável à licitação?
- a) Igualdade entre os licitantes.
b) Economicidade.
c) Competitividade.
d) Vinculação ao edital.
44. No que concerne o contrato administrativo, por qual encargo a Administração Pública responde solidariamente com o contratado?
- a) Trabalhista.
b) Previdenciário.
c) Fiscal.
d) Tributário.

45. Assinale a opção que corresponde à modalidade de rescisão contratual, em virtude de ocorrência de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovada, que impeça a execução contratual, sem culpa da Administração Pública ou do contratado:
- Judicial, por iniciativa do contratado ou da administração.
 - Judicial, por iniciativa da administração.
 - Administrativa por ato unilateral do poder público.
 - Compulsória.
46. Sobre as cláusulas exorbitantes nos contratos da Administração Pública, avalie as seguintes afirmações e escolha a opção correta:
- As cláusulas exorbitantes incidem nos contratos administrativos, desde que expressamente previstas.
 - A administração pública pode rescindir unilateralmente o contrato por motivo de interesse público, circunstância que lhe impõe o dever de ressarcir o contratado dos prejuízos regularmente comprovados.
 - Na concessão de serviço público, não há incidência das cláusulas exorbitantes, tampouco da característica da mutabilidade.
- Apenas o item II está correto.
 - São verdadeiras as afirmativas II e III.
 - Somente o item I é verdadeiro.
 - Todas as assertivas estão corretas.
47. Assinale, dentre as opções a seguir, a que mais se ajusta ao conceito de convênio, no âmbito da administração pública:
- Contrato administrativo de que se utiliza a administração pública para a realização de obras públicas com a administração indireta.
 - Contrato firmado entre autarquias e empresas públicas para realização de objetivos e interesse comum.
 - Ajuste firmado entre o poder público e entidades privadas para a realização de obras com a administração pública.
 - Ajuste firmado entre o poder público e entidades públicas ou privadas para a realização de objetivos de interesse comum.
48. Considerando o disposto no Decreto nº 6.170/2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, assinale a opção correta:
- É vedada a celebração de convênios e contratos de repasse com órgãos e entidades da administração pública direta e indireta dos Estados, Distrito Federal e Municípios cujo valor seja inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) ou, no caso de execução de obras e serviços de engenharia, exceto elaboração de projetos de engenharia, nos quais o valor da transferência da União seja inferior a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).
 - É igualmente vedada a celebração de convênios e contratos de repasse com entidades privadas sem fins lucrativos que não comprovem ter desenvolvido, durante os últimos três anos, atividades referentes à matéria objeto do convênio ou contrato de repasse.
 - A celebração de convênios e contratos de repasse é permitida com entidades privadas sem fins lucrativos que tenham como dirigente agente político de Poder ou do Ministério Público, dirigente de órgão ou entidade da administração pública de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.
- Estão corretas as afirmativas I e III.
 - Apenas o item II está certo.
 - Somente os itens I e II estão corretos.
 - Os itens II e III estão certos.
49. Em conformidade com a Lei Municipal nº 6.794/90 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Fortaleza – são direitos assegurados aos servidores municipais da administração pública direta, autárquica e funcional, exceto:
- Proibição de diferenças remuneratórias, de exercício de cargos e de critérios de admissão, por motivo de cor, idade, sexo ou estado civil.

- b) Participação em órgãos colegiados municipais que tenham atribuições para a discussão e deliberação de assuntos de interesse da administração pública.
 - c) Pensão especial à família, na forma da lei, se falecer em consequência de acidente de serviço ou de moléstia dele decorrente.
 - d) Amparo de normas técnicas de saúde, higiene e segurança do trabalho, sem prejuízo de adicionais remuneratórios por serviços penosos, insalubres ou perigosos.
50. Sobre os deveres dos servidores públicos municipais regidos pela Lei Municipal nº 6.794/90, marque a opção correta:
- I. Compete ao servidor municipal desempenhar suas atribuições em dia e de acordo com as rotinas estabelecidas e as determinações recebidas.
 - II. É dever do servidor o cumprimento das ordens de seus superiores, salvo quando manifestamente ilegais ou injustas.
 - III. Deve o servidor justificar, em cada caso e de imediato, o não cumprimento do serviço cometido ou de parte dele.
- a) Todas as opções estão corretas.
 - b) Há somente uma opção correta.
 - c) Duas assertivas estão corretas.
 - d) Nenhum item é verdadeiro.
51. Sobre o provimento dos cargos no quadro de servidores do município de Fortaleza, é correto afirmar:
- a) O provimento dos cargos ocorrerá, exclusivamente, por ato do Prefeito de Fortaleza.
 - b) Além de se dar por ato do Prefeito, o provimento dos cargos poderá, excepcionalmente, ocorrer por ato do Presidente da Câmara Municipal de Fortaleza.
 - c) Tanto por ato do Prefeito de Fortaleza quanto do Presidente da Câmara Municipal de Fortaleza, haverá o provimento dos cargos, sem que haja outras autoridades competentes para tanto.
 - d) O provimento dos cargos far-se-á por ato do Prefeito ou do Presidente da Câmara Municipal de Fortaleza e do dirigente de autarquias ou de fundação pública, conforme o caso.
52. No que diz respeito à realização de concurso público, no âmbito da Prefeitura Municipal de Fortaleza, podemos afirmar:
- I. O concurso será de caráter competitivo, eliminatório e classificatório e poderá ser realizado em duas etapas, quando a natureza do cargo exigir.
 - II. O concurso terá validade de um ano, podendo ser prorrogado por igual período, de forma que a validade não ultrapasse dois anos.
 - III. Não será possível abrir novo concurso enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior e cujo prazo não tenha expirado.
- a) I e II estão corretos.
 - b) II e III estão corretos.
 - c) Somente II está incorreto.
 - d) Todos os itens estão corretos.
53. Sobre o desempenho das atribuições do cargo, disciplinado pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Fortaleza, assinale a opção incorreta:
- a) É de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período, o prazo para o servidor entrar em exercício, contados da data da posse, sob pena de revogação do ato de nomeação.
 - b) O exercício de cargo comissionado exigirá, de seu ocupante, integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da administração.
 - c) À autoridade dirigente do órgão ou entidade para onde for designado o servidor compete dar-lhe exercício.
 - d) O início, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no cadastro funcional do servidor.
54. São considerados de efetivo exercício os afastamentos do servidor da Prefeitura Municipal de Fortaleza, exceto:
- a) Casamento, até oito dias corridos.
 - b) Convocação para o Serviço Militar.
 - c) Exercício de cargo em comissão ou equivalente em órgão ou entidades do município, não sendo extensivo a órgãos ou entidades dos Estados ou da União.
 - d) Luto, até cinco dias corridos, por falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta, padrasto, filhos, enteados, irmãos, genros, noras, avós, sogro e sogra.

55. Acerca das férias do servidor municipal regido pela Lei Municipal nº 6.794/90, é possível afirmar:
- I. O período de férias não gozadas durante a vida funcional, por necessidade de serviço, será convertido em verba remuneratória, ao final do período aquisitivo.
 - II. A época da concessão das férias será a que melhor consulte os interesses do Serviço Público, obedecidas as respectivas escalas, elaboradas, dentro do possível, atendendo aos interesses do servidor.
 - III. Em nenhuma hipótese as férias poderão ser concedidas em dois períodos.
- a) Estão corretas as afirmativas I e II.
 - b) Somente o item II está correto.
 - c) Os itens I e III estão corretos.
 - d) Nenhuma das assertivas está correta.
56. Sobre os beneficiários de pensões devidas por morte de servidor municipal regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Fortaleza, assinale a opção correta:
- a) A pessoa separada judicialmente ou divorciada, mesmo sem percepção de pensão alimentícia do servidor falecido, faz jus à percepção de pensão vitalícia.
 - b) A genitora ou genitor do servidor falecido faz jus à pensão vitalícia, independentemente de comprovação de dependência econômica.
 - c) A companheira que comprove convivência há 05 (cinco) anos ou que tenha filho em comum com o servidor será beneficiária de pensão vitalícia.
 - d) O irmão do servidor falecido, órfão de pai e sem padrasto, é beneficiário de pensão vitalícia.
57. Acarretará a perda da qualidade de beneficiário da pensão deixada por servidor da Prefeitura Municipal de Fortaleza, exceto:
- a) A anulação do casamento, quando a decisão ocorrer após a concessão da pensão ao cônjuge.
 - b) O falecimento do beneficiário.
 - c) A cessação de invalidez, em se tratando de beneficiário inválido.
 - d) A renúncia tácita.
58. Sobre o regime disciplinar relativo às faltas ao serviço, de acordo com a Lei Municipal nº 6.794/90, assinale a opção incorreta:
- a) O servidor que faltar ao serviço fica obrigado a justificar a falta, por escrito, ao chefe imediato, em 48 (quarenta e oito) horas após o primeiro dia em que retornar ao trabalho.
 - b) Não poderão ser justificadas as faltas que excederem de 20 (vinte) por ano, obedecido o limite de 03 (três) ao mês.
 - c) O chefe imediato do servidor decidirá sobre a justificação das faltas, até o máximo de 10 por ano.
 - d) A justificação das faltas que excederem de 10 por ano até o limite de 20 (vinte) será submetida, devidamente informada pelo chefe imediato, à decisão do seu superior hierárquico, no prazo de 05 (cinco) dias.
59. No que concerne às proibições determinadas ao servidor público municipal regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Fortaleza, assinale a alternativa correta:
- I. É vedado ao servidor participar de gerência de administração de empresa privada e, nessas condições, transacionar com o Estado.
 - II. Não pode o servidor manter, sob sua chefia imediata, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau civil.
 - III. O servidor não pode utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares, salvo se devidamente autorizado.
- a) Somente o item I está correto.
 - b) Estão corretas as afirmativas I e II.
 - c) Todas as assertivas estão incorretas.
 - d) O item III, apenas, está correto.
60. As responsabilidades do servidor público municipal são também regidas pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Fortaleza. É incorreto afirmar sobre esse tema:
- a) Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Municipal em ação regressiva, nos casos de dolo e culpa.
 - b) A responsabilidade civil ou administrativa será afastada no caso de transação penal ou suspensão do processo criminal.
 - c) As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.
 - d) O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.